

TEORIAS DEMOGRÁFICAS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO

Raphael Luiz Macêdo Fontana ¹

Silvania Santana Costa ²

José Adailton Barroso da Silva ³

Auro de Jesus Rodrigues ⁴

Geografia



**cadernos de
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

A delimitação de um tamanho ótimo de população constitui uma das questões dos cientistas que trabalham nesse campo, bem como dos governantes das nações do mundo, visto que um estudo pormenorizado de todas as regiões terá que ser levado em conta, porque muitas variáveis implicam no fenômeno populacional. O aumento da população mundial tem sido frequentemente responsabilizado pela destruição do meio ambiente. São muitos os problemas que afetam a população mundial e o meio ambiente. Assim, é necessário um maior aprofundamento dos estudos sobre a questão da população. Nesse sentido, o presente trabalho consiste num estudo sobre as teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. Elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica por membros do grupo de pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes (UNIT).

PALAVRAS-CHAVE

População. Teorias Demográficas. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The delimitation of a population size is one of the great questions of the scientists working in this field, as well as the rulers of the nations of the world, since a detailed study of all the regions will have to be taken into account, because many variables imply the phenomenon population. The increase in world population has often been blamed for the destruction of the environment. There are many issues that affect the world population and the environment. Thus, more detailed research on the issue of population is necessary. In this sense, the present work is a study on demographic theories and population growth in the world. Prepared by a literature search of members of the State research group, Capital and Urban Development (UNIT).

KEYWORDS

Population. Demographic Theories. Environment.

1 INTRODUÇÃO

Os estudiosos de todos os tempos têm se dedicado ao problema da população e seus reflexos, principalmente, na economia e no meio ambiente. Sabe-se que as populações vivem de acordo com as condições daquele ambiente em termos de alimentação, vestimentas, habitações e muitos outros elementos sociais e ambientais que a comunidade precisa.

Estas questões têm deixado às autoridades e estudiosos vinculados aos problemas populacionais, numa ligação direta com a produção de alimentos e infraestrutura para esta população que cresce continuamente.

A delimitação de um tamanho ótimo de população constitui uma das questões dos cientistas que trabalham nesse campo, bem como dos governantes das nações do mundo, visto que um estudo pormenorizado de todas as regiões terá que ser levado em conta, porque muitas variáveis implicam no fenômeno populacional.

A questão populacional é coisa séria e precisa de muito debate e discussão, considerando que se reconhece a existência de bolsões de miséria e fome nos países subdesenvolvidos e as políticas públicas, muitas vezes, não tem conseguido resolver o problema. É importante enfatizar que para resolver tal problema deve-se considerar uma política que integre questões de educação, emprego, cultura, saúde etc.

Assim, é necessário um maior aprofundamento dos estudos sobre a questão da população. Nesse sentido, o presente trabalho consiste num estudo sobre as teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo.

Elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica por membros do grupo de pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes (UNIT).

2 TEORIAS DEMOGRÁFICAS

O crescimento acelerado da população, embora tenha sido um processo mundial, tem-se concentrado, principalmente, nos países subdesenvolvidos, onde as taxas de natalidade são muito altas e as taxas de mortalidade vêm declinando. Esse crescimento elevado da população tem promovido profundas discussões e teorias sobre esse tema desde o século passado, como será explicado a seguir.

Teoria Malthusiana

A Grã-Bretanha, no início da Revolução Industrial tinha pouco mais de 5 milhões de habitantes por volta de 1750. A partir daí, o processo de crescimento populacional foi rápido. Também, essa tendência generalizou-se nos demais países europeus que acompanharam a primeira fase da revolução industrial. Foi a partir da observação da etapa inicial desse processo que surgiu a primeira teoria sobre o crescimento populacional (LUCCI Et al., 2005, p. 316).

Assim,

[...] em 1798, o pastor protestante Thomas Robert Malthus escreveu a mais famosa obra sobre questões demográficas: Ensaio sobre o princípio da população. Ele acreditava que a população tinha potencial de crescimento ilimitado, e a natureza, inversamente, recursos limitados para alimentá-la. (LUCCI et al., 2005, p. 316).

Exposta em 1798, foi à primeira teoria demográfica de grande repercussão nos meios acadêmicos, políticos e econômicos e até hoje é a mais popular de todas, apesar das falhas que apresenta. Preocupado com os problemas socioeconômicos (desemprego, fome, êxodo rural, rápido aumento populacional) decorrentes da Revolução Industrial e que afetavam seriamente a Inglaterra, Malthus expôs sua famosa teoria a respeito do crescimento demográfico.

Afirmava que as populações humanas, se não ocorrerem guerras, epidemias, desastres naturais etc., tenderia a duplicar a cada 25 anos. Ela cresceria, portanto, em *progressão geométrica* (2, 4, 8, 16, 32...). Já o crescimento da produção de alimentos ocorreria apenas em *progressão aritmética* (2, 4, 6, 8, 10...).

Ao considerar esses dois postulados, Malthus concluiu que o ritmo de crescimento populacional (*progressão geométrica*) seria mais acelerado que o ritmo de

crescimento da produção de alimentos (progressão aritmética). Previa, também, que um dia as possibilidades de aumento da área cultivada estariam esgotadas, pois todos os continentes estariam plenamente ocupados pela agropecuária e, no entanto, a população mundial ainda continuaria crescendo.

Para ele e os defensores dessa tese, descartavam a utilização de métodos contraceptivos para limitar o crescimento populacional; para eles a solução estaria no *controle da natalidade*, sendo que o referido controle deveria basear-se na sujeição moral do homem (casamento tardio, abstinência sexual etc.).

Como afirmam Lucci e outros autores (2005, p. 316):

Para evitar a tragédia por ele prevista, Malthus defendia o que chamou de 'controle moral'. Devido à sua formação religiosa. Pregava, porém, uma série de normas, que incluíam a abstinência sexual e o adiamento dos casamentos, que só deveriam ser permitidos mediante capacidade comprovada para sustentar a provável prole. É evidente que tais normas atingiam apenas a população mais carente, condição que Malthus atribuía a essa população, em razão da tendência aos casamentos precoces e a reprodução ininterrupta.

Hoje, sabe-se que as previsões malthusianas não se concretizaram: a população do planeta não duplicou a cada 25 anos e a produção de alimentos tem crescido com o desenvolvimento tecnológico. Mesmo que se considere uma área fixa de cultivo, a produção pode aumentar, em decorrência de investimentos em insumos (agrotóxicos, fertilizantes, biotecnologia) e mecanização, por parte do agricultor.

Essa teoria, quando foi elaborada, parecia muito consistente. Os erros de previsão estão ligados principalmente às limitações da época para a coleta de dados, já que Malthus tirou suas conclusões a partir da observação do comportamento demográfico em uma região limitada, com uma população, ainda, predominantemente rural e as considerou válidas para todo o planeta no transcorrer da história. Não previu os efeitos que seriam provocados pela industrialização e urbanização, e o progresso tecnológico e científico que seriam aplicados à agricultura.

Assim, as maiores contestações aos defensores dessa teoria é que, na realidade, ocorre grande concentração de alimentos nos países ricos e, conseqüentemente, má distribuição nos países pobres. E, em nenhum momento, a população cresceu conforme as previsões malthusianas. Malthus subestimou a capacidade da tecnologia em elevar a produção de alimentos. Mas, desde que ele apresentou sua teoria, ainda nos dias atuais, são comuns os discursos que relacionam de forma simplista a ocorrência da fome no planeta ao crescimento populacional.

Teoria Neomalthusiana

Com o final da Segunda Guerra Mundial, foi realizada uma conferência de paz em 1945, em São Francisco, que deu origem à Organização das Nações Unidas (ONU). Na ocasião, foram discutidas estratégias de desenvolvimento, visando evitar a eclosão de um novo conflito militar em escala mundial. Havia apenas um ponto de consenso entre os participantes: a paz depende da harmonia entre os povos, e, portanto, da diminuição das desigualdades econômicas no planeta. Mas, como explicar, e, a partir daí, enfrentar os problemas da fome e miséria nos países subdesenvolvidos?

Nesse contexto histórico, foi criada a teoria demográfica neomalthusiana, uma tentativa de explicar a ocorrência de fome nos países subdesenvolvidos, para se esquivarem das questões econômicas.

Segundo Lucci e outros autores (2005, p. 320):

A explosão demográfica do século XX foi um fenômeno do mundo subdesenvolvido, que a partir da década de 1950 passou a registrar elevadas taxas de crescimento demográfico. Alguns países subdesenvolvidos chegaram a dobrar a sua taxa de crescimento em menos de três décadas. Foram esses países que mais contribuíram para o crescimento da população mundial nesse século. Atualmente eles concentram 80% da população do planeta, esse índice tende a aumentar. [...] O fenômeno da explosão demográfica assustou o mundo e fez surgirem novas teorias demográficas. As primeiras associavam o crescimento demográfico à questão do desenvolvimento e propunham soluções antinatalistas para os problemas econômicos enfrentados pelos países subdesenvolvidos. Ficaram conhecidas como teorias neomalthusianas, por serem catastróficas e apontar o controle populacional como única saída.

Os neomalthusianos, temerosos, diante desse quadro assustador no Terceiro Mundo, passam a responsabilizar esses países pelo quadro de fome e miséria e os seus elevados crescimentos demográficos.

Para os neomalthusianos quanto maior o número de habitantes de um país, menor a renda per capita e a disponibilidade de capital a ser distribuído pelos agentes econômicos. Verifica-se que essa teoria, embora com postulados totalmente diferentes daqueles utilizados por Malthus, chega à mesma conclusão: o crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da miséria. Ela passa, então, a propor programas de controle da natalidade nos países subdesenvolvidos e a disseminação da utilização de métodos anticoncepcionais. Assim,

Ao contrário de Malthus, os neomalthusianos eram favoráveis ao uso de métodos anticoncepcionais e propunham a sua difusão em massa nos países subdesenvolvidos. Argumentavam que os países que mantêm elevadas taxas de crescimento veem-se obrigados a investir boa parte de seus recursos em educação e saúde, devido à grande porcentagem de jovens que abrigam, e julgavam que essas somas elevadas poderiam ser aplicadas em atividades produtivas, ligadas à agricultura, à indústria, aos transportes etc., que dinamizariam a economia do país. (LUCCI et. al., 2005, p. 320).

É uma tentativa de enfrentar problemas socioeconômicos, exclusivamente, a partir de posições contrárias à natalidade, de acobertar os efeitos devastadores dos baixos salários e das péssimas condições de vida que vigoram nos países subdesenvolvidos a partir de uma argumentação demográfica. Logo,

Os argumentos dos neomalthusianos foram desfeitos pela dinâmica demográfica real. Os países que apresentaram queda acentuada na taxa de natalidade foram aqueles cujas conquistas econômicas se estenderam à maioria dos habitantes, na forma de melhoria da renda e do padrão cultural. Só uma distribuição de renda mais justa e maior acesso à cultura e à educação podem modificar os padrões de crescimento, melhorando a qualidade de vida das pessoas. (LUCCI et. al., 2005, p. 320).

Apesar de vários países terem adotados medidas de controle da natalidade sob orientações neomalthusianas a situação de fome e miséria continuou existindo.

Os Reformistas ou Marxistas

Contrários às teorias Malthusiana e Neomalthusiana, que atribuem ao grande crescimento populacional dos países subdesenvolvidos a culpa pelo estado de pobreza e fome, os reformistas ou marxistas admitem que a situação de pobreza e subdesenvolvimento, a que foi submetido os países subdesenvolvidos, é a responsável pelo acelerado crescimento demográfico e conseqüente estado de fome e miséria. Como afirmam Almeida e Rigolin (2002, p. 119):

Os reformistas atribuem aos países ricos ou desenvolvidos a responsabilidade pela intensa exploração imposta aos países pobres ou subdesenvolvidos, que resultou em um excessivo crescimento demográfico e pobreza generalizada. Defendem a adoção de reformas socioeconômicas para superar os graves problemas.

Diante disso, os reformistas defendem a adoção de profundas reformas sociais e econômicas para superar os graves problemas dos países subdesenvolvidos. A redução do crescimento viria como consequência de tais reformas. Eles citam o exemplo dos países desenvolvidos, cuja redução do crescimento só foi possível após a adoção de reformas socioeconômicas e consequente melhoria do padrão de vida das suas populações.

Para os defensores dessa corrente, a tendência de controle espontâneo da natalidade é facilmente verificável ao se comparar a taxa de natalidade entre as famílias de classe baixa e de classe média. À medida que as famílias obtêm condições dignas de vida, tendem a diminuir o número de filhos para não comprometer o acesso de seus dependentes aos sistemas de educação e saúde.

Assim, pode-se perceber que a questão das teorias demográficas é bastante complexa, e qualquer radicalismo é desaconselhável. Afinal, existem países populosos desenvolvidos e subdesenvolvidos, países não populosos desenvolvidos e subdesenvolvidos, e países densamente povoados desenvolvidos e subdesenvolvidos. Além, de questões culturais, políticas e econômicas que devem ser levadas em consideração nos estudos da população.

3 CRESCIMENTO POPULACIONAL

Nos países subdesenvolvidos, as taxas de crescimento demográfico começaram a baixar após a segunda metade do século XX. Nesses países, a redução das taxas de mortalidade se deveu ao uso das melhorias médico-sanitárias e ao uso de inseticidas que combatem agentes transmissores de doenças. A urbanização provocou transformações sociais que ajudam a explicar essa redução dos índices de natalidade, como: o trabalho familiar, o custo da criação dos filhos, o trabalho da mulher e os métodos anticoncepcionais. Mas, essas mudanças ocorreram em apenas alguns países (por exemplo, Argentina, Coreia do Sul, Brasil, Chile, Uruguai, México). Na maioria das nações africanas (por exemplo, Serra Leoa, Nigéria, Quênia) e em algumas asiáticas (Laos, Nepal, Bangladesh), as taxas de crescimento vegetativo continuaram altas (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 119).

Já nos países desenvolvidos, as taxas de natalidade começaram a diminuir a partir do final do século XIX. Tal fato decorre da melhoria das condições de saneamento básico e a descoberta de vacinas e antibióticos, as taxas de mortalidade nesses países diminuíram. Mais tarde, os métodos anticoncepcionais, a urbanização e a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho contribuíram para a redução das taxas de natalidade. A diminuição do crescimento demográfico nos países desenvolvidos trouxe um problema que eles tentam resolver: o elevado número de idosos, hoje, representa um aumento dos encargos para com a previdência social (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 119).

É importante enfatizar que nos países desenvolvidos, o crescimento da população que não trabalha decorre principalmente do aumento da população idosa, pois as baixas taxas de fecundidade não têm contribuído para a formação de um grupo etário jovem numeroso. Enquanto a média mundial de fecundidade da mulher encontra-se em torno de 2,6 filhos, nos países desenvolvidos é de 1,5 e nos países subdesenvolvidos, de 2,8 filhos. Para que um país possa manter a sua população em volume constante, é necessário que a taxa seja de aproximadamente dois filhos para cada mulher. Esse aumento dos idosos no conjunto total da população é denominado envelhecimento da população (LUCCI Et al., 2005, p. 325).

O número de idosos tem aumentado e o de nascimento, diminuído, a ponto de alguns países desenvolvidos, oferecerem ajuda financeira aos casais que resolvam ter filhos. Projeções da ONU indicam que o número de pessoas no mundo com mais de 60 anos triplicará, passando dos atuais 606 milhões para 2 bilhões, na metade do século XXI. O número de pessoas com mais de 80 anos subirá de 69 milhões para 379 milhões. A Itália, que é o primeiro país com maior número de pessoas acima de 60 anos, deverá ser ultrapassada pela Espanha, em 2050 (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 123).

O aumento da população mundial tem sido frequentemente responsabilizado pela destruição do meio ambiente. E os países subdesenvolvidos têm sido responsabilizados por esta problemática, por motivo do acelerado crescimento populacional. Assim, o controle das taxas de natalidade nesses países passou a ser, para muitas pessoas, prioritário para um mundo mais sustentável.

Todavia, é importante enfatizar que num mundo em que o consumo tornou-se meta para a construção da sociedade, e a aspiração e o acesso aos objetos de serviços do mundo moderno se transformaram em modo de vida, a dilapidação dos recursos naturais têm sido inevitável. O avanço tecnológico e científico, ao mesmo tempo em que possibilita a popularização do consumo, torna produtos obsoletos num espaço de tempo cada vez menor.

Mas, as verdadeiras sociedades de consumo estão situadas nos países desenvolvidos do planeta. A apropriação dos recursos da natureza ocorre justamente na parte menos populosa do mundo, nos países desenvolvidos. Os Estados Unidos, que possuem cerca de 6% da população mundial, são os responsáveis por cerca de 1/4 de todos os produtos consumidos no mundo e lançaram na atmosfera cerca de 25% dos gases poluentes responsáveis pelo efeito estufa (LUCCI Et al., 2005, p. 321).

Podem-se relacionar diversos fatores que justificam a pobreza e a fome nos países subdesenvolvidos, por exemplo: o crescimento vegetativo alto; a baixa cotação dos produtos primários no mercado internacional ora pela capacidade de manipulação das transnacionais (geralmente empresas dos países ricos), ora por seus próprios preços serem baixos; dependência das importações em face da introdução da *plan-*

tation nos países periféricos, produção destinada mais ao mercado externo que ao interno; a racionalidade especulativa do lucro e do mercado na economia capitalista.

A ONU afirma que cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo, embora a produção global de alimentos seja suficientes para alimentar todos os seus habitantes.

A população mundial está crescendo e há sinais sugerindo que se pode chegar a um ponto onde a demanda por comida seja superior àquilo que pode ser cultivado. Em países como a Etiópia, esta situação já está ocorrendo, tendo conseqüentemente resultados catastróficos, como fome, doença e grande sofrimento para as pessoas (LAMBERT, 1992).

São muitos os problemas que afetam a população mundial e o meio ambiente. Mas, o grande consumo dos recursos naturais se dá nos países desenvolvidos. E a questão da fome está relacionada à distribuição de riquezas de forma desigual. Diante dessa pressão sobre os recursos naturais e da grande desigualdade social, pode-se concluir que é necessário ser criado um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico, sob pena de se colocar em risco a sobrevivência do planeta, com a destruição do meio ambiente (LUCCI Et al., 2005, p. 321).

A pressão sobre o meio ambiente talvez cresça, ao invés de diminuir. Ao mesmo tempo, a necessidade de se produzir mais alimentos provavelmente criará problemas adicionais. A engenharia genética; por exemplo, já é um tema que vem causando alguma polêmica. Os cientistas agora podem alterar a herança genética de um organismo. Talvez, também, se torne mais fácil criar variedades resistentes a doenças. Os ambientalistas se opõem a essas técnicas; eles acreditam que os riscos de se liberar organismos modificados geneticamente são enormes. O quadro não é totalmente negro, já que medidas positivas têm sido tomadas. Em alguns países montaram-se bancos de sementes, numa tentativa de salvar o material genético contido nas plantas que já deixaram de ser popularmente conhecidas (LAMBERT, 1992).

Há um fato importante, também, a destacar: a globalização por meio dos seus agentes (bancos internacionais, transnacionais e fundos de pensão e de investimentos), provocou nas últimas décadas uma acumulação ainda maior de capital nos países em desenvolvimento, aumentando as desigualdades entre países ricos e pobres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudiosos de todos os tempos têm se dedicado ao problema da população e seus reflexos, principalmente, na economia e no meio ambiente. Estas questões têm deixado as autoridades e estudiosos ligados aos problemas populacionais, numa ligação direta com a produção de alimentos para esta população que cresce continuamente.

te. A delimitação de um tamanho ótimo de população constitui uma das questões dos cientistas que trabalham nesse campo.

O crescimento acelerado da população tem-se concentrado, principalmente, nos países subdesenvolvidos, onde as taxas de natalidade são muito altas e as taxas de mortalidade vêm declinando. Esse crescimento elevado da população tem promovido profundas discussões e teorias sobre esse tema.

Exposta em 1798, a teoria de Malthus foi a primeira teoria demográfica de grande repercussão nos meios acadêmicos, políticos e econômicos. Já a teoria demográfica neomalthusiana, é uma tentativa de explicar a ocorrência de fome nos países subdesenvolvidos, para se esquivarem das questões econômicas.

Contrários às teorias Malthusiana e Neomalthusiana, que atribuem ao grande crescimento populacional dos países subdesenvolvidos a culpa pelo estado de pobreza e fome, os reformistas ou marxistas admitem que a situação de pobreza e subdesenvolvimento a que foi submetida os países subdesenvolvidos é a responsável pelo acelerado crescimento demográfico e conseqüente estado de fome e miséria.

O aumento da população mundial tem sido frequentemente responsabilizado pela destruição do meio ambiente. São muitos os problemas que afetam a população mundial e o meio ambiente.

Diante da pressão sobre os recursos naturais e da grande desigualdade social, pode-se concluir que é necessário ser criado um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico, sob pena de se colocar em risco a sobrevivência do planeta, com a destruição do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia M. Alves; RIGOLIN, Técio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTUNES, Celso. **Geografia e participação**. São Paulo: Scipione, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática 2001.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2004.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. São Paulo: Difel, 1973.

LAMBERT, Mark. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Scipione, 1992.

LUCCI, Elian Alabi et al. **Território e sociedade:** Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

MENEZES, Eduardo F. de. **A geografia em primeiro lugar.** 2007. Disponível em: <<http://www.frigoletto.com.br/>>. Acesso em: 17 set. 2007.

MORAES, Paulo Roberto. **Geografia geral e do Brasil.** São Paulo: HARBRA, 2005.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico:** Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVA, Jaime; GIAN SANT, Roberto. **Espaço e modernidade:** temas da geografia mundial. São Paulo: Atual, 1995.

SANTOS, Milton. **Manual da geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1989.

SENE, Eutáquio de. **Globalização e espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2004.

Data do recebimento: 20 de Novembro de 2014

Data da avaliação: 2 de Janeiro de 2015

Data de aceite: 12 de Janeiro de 2015

1 Graduando em Geografia (6º Período) e membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: rluizmf@hotmail.com

2 Doutoranda em Educação pela PUC/RS/UNIT/SE; Docente da Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano – UNIT. E-mail: silandsan@gmail.com

3 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Docente da Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano – UNIT. E-mail: adailtonbarroso@gmail.com

4 Doutorando em Geografia pela UFS/SE; Docente e membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: rodriguesauo@gmail.com